

Senador condena a ampliação de quadro

BRASÍLIA — O senador baiano Ruy Bacelar, do PMDB, não se conforma com a manutenção do concurso público para a contratação de dez jornalistas na função de "Técnico de Comunicação Social — Jornalismo" pelo Senado Federal. "Já os temos em número expressivo", queixou-se Bacelar, que não sabe ao certo o número de jornalistas contratados pelo Senado Federal e chegou a apresentar um projeto de resolução proibindo esse concurso e a contratação de servidores por seis anos. O plenário, no final do ano, rejeitou sua proposta.

O subsecretário de Divulgação e Imprensa, Manoel Vilela Magalhães, também não sabe o número de jornalistas que integram o quadro de servidores do Senado, mas conhece a dificuldade em requisitar um dos quase 200 que servem em gabinetes de senadores ou em outros setores que não o jornalismo. "É preciso a concordância do servidor e do setor em que está requisitado", diz Vilela.

Para evitar esse tipo de problema, o subsecretário Vilela pediu a inclusão, no edital do concurso, de um item que obriga o jornalista aprovado a prestar serviço "exclusivamente" na Subsecretaria de Divulgação e Imprensa. Atualmente, Vilela só dispõe de seis profissionais para preparar os dez minutos do Senado na *Voz do Brasil* e realizar entrevistas para rádio, jornal e televisão.

"Por que não os utilizamos mais intensamente?", perguntou o senador Ruy Bacelar, concordando com as apreensões de Vilela. "Isso é inexplicável", acusou o parlamentar baiano. Na opinião dele, o Senado Federal está cheio de jornalistas que poderiam exercer funções específicas de jornalista em lugar de assessorar parlamentares. "Há desvio de função", denunciou. Outro problema identificado

por ele é que os jornalistas, assim como outros servidores, não têm função determinada e, por isso, "não produzem o suficiente".

CONCORRÊNCIA

Para o concurso, que terá sua primeira prova dia 28, se inscreveram 573 profissionais, o equivalente a 1/4 dos jornalistas de Brasília. O salário inicial é de Cr\$ 640 mil para 40 horas semanais. Quem for aprovado fará entrevistas com senadores, a cobertura das sessões do plenário e das reuniões de comissões técnicas do Senado Federal, tarefas que os jornalistas credenciados pelos órgãos de imprensa do País fazem cotidianamente.

O vice-reitor da Universidade de Brasília (UnB), João Cláudio Todorov, no exercício da reitoria, não vê nenhum problema ético no fato de três professores do Departamento de Comunicação fazerem o concurso quando as provas foram provavelmente preparadas por colegas seus de departamento. "Não há nada de ilegal", resumiu. Para comprovar a impossibilidade de fraude, Todorov informou que nem mesmo o reitor sabe os nomes dos professores que preparam as provas. "Ninguém sabe", garantiu.

Dos 39 professores do Departamento de Comunicação da UnB, três se inscreveram no concurso: Carlos Setti, Célia Maria Ladeira Mota e Luiz Martins da Silva. Segundo o chefe do serviço de organização e execução de concursos do Departamento de Acesso ao Ensino (DAE), Carlos Augusto de São José, os professores que estão elaborando as provas são adjuntos ou titulares (os dois mais altos níveis da carreira universitária). E os inscritos para fazer o concurso são assistentes e auxiliares. O DAE assegura que ninguém fora do órgão sabe quem elaborou as provas.